ternas".[49] Assim sendo sé Getúlio, o elemento "responsável pela coerção política do proletariado se transfigurava na figura de um benefactor",[50] chegando mesmo a ser conhecido como' o 'pai dos pobres' agora, os empresários ao instituirem, pela Carta da Paz, o Fundo Social chamaram a si, paternalistica - mente o controle das aspirações trabalhistas, transformando' a realidade de "luta de classes em colaboração de classe".[51]

d) A Carta explicita ainda o que os empresários chamam de "direitos e deveres" dos empregadores e empregados. E arrolando por grau de prioridades seus interesses

> "Os empregadores procurarão ainda, com o máximo interêsse e bôa vontade:
>
> - promover, pela racionalização do trabalho e pela melhoria do equipamento, o aumento da produtividade das emprêsas, visando a diminuição dos custos de produção, como meio de conseguir a redução dos preços de venda, tendendo assim, a facilitar as condições gerais de vida;
>
> - promover as providências educativas e assistenciais necessárias a evitar queas técnicas racionalizadas na produção afetem a personalidade do trabalhador, destruindo ou enfraquecendo os seus valores humanos, cuja expansão e perfectibilidade deverá ser assegurada em todos os sentidos compatíveis com o bem comum;
>
> - instituir prêmios às iniciativas, de empregados destinados ao aprimoramento da técnica da produção e a maior extensão do bem estar do trabalhador, e bem assim pela eficiência de sua habilidade ou esforço; (grifo nosso)

---

[49] VIANNA, Luiz Werneck. Liberalismo e Sindicalismo no Brasil. R. de Janeiro. Ed. Paz e Terra, 1976. p. 240.

[50] Idem, p. 241.

[51] RODRIGUES, J. Albertino. Movimento Sindical. In Debate e Crítica. nº 2 (janeiro a junho). S. Paulo, Ed.HUCITEC, 1974. p. 109.

- cooperar no desenvolvimento e aperfeiçoamento do ensino profissional, patrocinando o aproveitamento das vocações profissionais e artísticas dos empregados e operários que as revelarem".[52]

Em contrapartida a tantos "benefícios"

"Aos empregados, como contribuição efetiva à obra de congraçamento e cooperação que se tem em vista, caberá, individual e coletivamente, empregar todo seu esforço no melhoramento da produção, e cooperar, por todos os meios ao seu alcance, no plano de expansão economica do país. Para isso, procurarão mais especialmente:

- contribuir, com ação adequada, no sentido de ser reduzida ao mínimo possível a instabilidade no emprêgo e a falta de assiduidade no trabalho.

- evitar desentendimentos prejudiciais à cordialidade que deve existir entre patrões e empregados ou trabalhadores entre si;

- zelar pela conservação das instalações das emprêsas e dos instrumentos de trabalho;

- cooperar para que reine a necessária disciplina na execução do trabalho;

- procurar aperfeiçoar seus conhecimentos técnicos, frequentando os cursos do SENAI e do SENAC ou outros que vierem a ser organizados nas emprêsas;

- procurar incentivar a produtividade individual, fator preponderante para aumento da riqueza nacional".[53]

Fica evidenciado pelos "deveres" dos empregados que eles carregam o peso - "por todos os meios" - da expansão econômica do país; e que o "aumento da renda nacional" está na razão direta da "produtividade individual" do trabalhador

---

[52] Carta da Paz Social, op. cit. p. 5.

[53] Idem, p. 6.

brasileiro. Ainda por esses "deveres" dos empregados o véu ideológico está a encobrir a superposição de uma consciência dominante sobre aquela minimizada, alienada, coisificada. Onde estão falando pelos empregados, onde estes são espectadores de uma História que não está sendo escrita de maneira participante ou ainda onde estão acomodados, ajustados às prescrições alheias que, coladas a uma consciência de empréstimo, julgam ser opções suas.

c) pressão sôbre o Estado. "Os empresários, ao se identificarem como a facção dominante dotada da propriedade de produzir (o bem estar social), reivindicam, na verdade, a hegemonia dos seus interesses no interior do aparato estatal".[54]

> "Completando o conjunto de medidas constantes desta Carta, empregadores e empregados farão sentir ao Estado a necessidade das seguintes providências:
>
> - o combate à inflação, reduzindo-se seus efeitos e eliminado-se suas causas;
>
> - a extinção das organizações públicas que embaracem a produção e o comércio e, consequentemente, concorram para elevar o custo da vida, combatendo-se tambem as manobras que produzam a elevação dos preços dos bens essenciais;
>
> - a redução ao mínimo possível dos impostos sôbre os artigos alimentícios, para aumento de produção dêsses artigos e melhoria da alimentação do povo;
>
> - a abolição ou redução substancial dos impostos, taxas e emolumentos que incidem a qualquer título sôbre a locação e a aquisição da casa do trabalhador urbano e da pequena propriedade rural, ampliando-se, ainda, os dispositivos legais de proteção à habitação popular; (...)[55]

---

[54] VIANNA, Luiz Werneck, op. cit. p. 209.

[55] Carta da Paz Social, op. cit. p. 6.

Werneck Vianna usando como material de análise circulares da FIESP, pertinentes ao período ora estudado, apercebe-se que aquelas traduzem os interesses da classe dominante que muitas vezes não tenham ficado bem explícitas nas Cartas, em questão. Donde o registro daquelas indicações: anseiam os empresários pela prosperidade de todas as classes sociais, para que o poder aquisitivo das massas cresça, e com este o mercado interno de consumo; anseiam ainda os empresários pelo bem estar social de todos os brasileiros, pela felicidade da nação, para que resulte daí a ordem e a estabilidade de que necessitam para a expansão de suas atividades.[56]

f) Organização de uma Comissão Executiva Central.

Para que os altos propósitos da Carta da Paz fossem viabilizados os empregadores organizaram uma Comissão com a finalidade

> "de realizar o programa aqui estabelecido, em face da situação atual, promovendo os meios mais adequados, práticos e eficientes para dar-lhe cabal execução".[57]

Os resultados foram imediatos pois nesse mesmo ano de 46 foram criados o Serviço Social do Comércio (SESC) e o Serviço Social da Indústria (SESI), instituições da sociedade civil, legitimadas pelo Estado (sociedade política). Assim pelo Decreto-Lei nº 9.403 de 25 de junho de 1946, pelo artigo 1º:

> "Fica atribuído à Confederação Nacional da Indústria o encargo de criar o Serviço Social da Indústria (SESI), com a finalidade de estudar, planejar e executar, direta ou indiretamente, medidas que contribuam para o bem-estar social dos trabalhadores na indústria e nas atividades assemelhadas, concorrendo para a melhoria do padrão de vida no País e, bem assim, para o aperfeiçoamento moral, cívico e o desenvolvimento do espírito de solidariedade entre as classes".[58] (grifo nosso)

---

[56] VIANNA, Luis Werneck, op. cit. p. 209

[57] Carta da Paz Social. Op. cit. p. 8

[58] O SESI - Estrutura, Diretrizes e Política de Ação. Folheto da DITEC.

> "A criação do SESC foi consequência da Conferência Econômica de Teresópolis, cuja preocupação maior era a de garantir a PAZ SOCIAL no Brasil. Sensível a esse propósito das Classes Produtoras, o Governo Brasileiro, através do Decreto-Lei nº 9.853 de 13 de setembro de 1946, delegou poderes à Confederação Nacional do Comércio para criar a administrar o SESC".[59]

Em termos práticos e consenso foi buscado e traduzido sob que forma? Para se fazer apenas uma indicação, através do SESC:

> "Na escalada do desenvolvimento nacional o SESC promove a Paz Social através do bem-estar do Comerciário e seus dependentes. (...) A atuação do SESC se faz sentir junto à sua clientela em todas as faixas etárias, a criança e adolescente e o adulto. Valendo-se de modernas técnicas aplicadas na educação contribui para o desenvolvimento equilibrado da personalidade do indivíduo. (grifo nosso) Cerca de 150 cidades têm serviços do SESC. Extensa rede de Unidades Operacionais à disposição dos comerciários, como centros de atividades (bibliotecas, teatro, cantinas, recreação infantil etc.), colonias de férias, centros de veraneio, centros campestres, balneários, ginásios esportivos, conjuntos habitacionais, restaurantes, bibliotecas, undiades móveis e maternidades".[60]

Assim a classe dominante, através da criação das instituições antes referidas, encontra no Serviço Social uma forma de atualização de sua ideologia junto à classe subalterna ou um mecanismo eficaz à viabilização dos seus "ideais" no seio da sociedade.

Simultaneamente um modelo de Serviço Social está sendo gerado nessa conjuntura, ou seja delineado pelo II Congresso Brasileiro de Direito Social, em maio de 1946, quando

---

[59] SESC: 30 anos de atividades. 1976.

[60] SESC - Ação Social Educativa: pelo bem-estar do empregado no comércio. Administração Nacional. Rio de Janeiro.

seus participantes

> "sob a influência da doutrina social da Igreja[61] - reconciliada pelo liberalismo no pós-guerra, procuraram pensar a legislação trabalhista e sindical em termos de compatibilisar o indivíduo e seu interesse com uma ordem comunitária entre o capital e o trabalho".[62]

Entre temas como a co-propriedade, cogestão e participação dos trabalhadores nos lucros das empresas os participantes desse Congresso viam na

> "criação de um Serviço Social - 'meio eficaz de prevenção de dissídios coletivos, reconhecendo-o como fator preponderante para promover a justiça e a harmonia entre o Capital e o Trabalho'".[63]

Entre os ideais traduzidos pelas Cartas, aqui discutidas, e as perspectivas desse Congresso face ao Serviço Social podem-se observar os elementos que os aproximam.

E por aproximação poder-se-á ainda dizer que inspirados nessa perspectiva ideológica, no que diz respeito ao Serviço Social, o SESC e o SESI vieram para Goiás e juntamente com a Igreja desenvolveram uma luta decisiva na criação da

---

[61] Segundo Villaça a influência do catolicismo social na legislação trabalhista é considerável: "Oliveira Viana, primeiro consultor jurídico do novo Ministério do Trabalho, criado por Vargas em 1931, reuniu uma equipe de advogados católicos, militantes, discípulos de Alceu Amoroso Lima. Rego Monteiro, que reorganizou o nosso Direito Sindical por volta de 40 e um dos autores da Consolidação das Leis do Trabalho em 1943. Valdemar Falcão, Ministro do Trabalho de 38 a 41. Moacir Veloso C. de Oliveira, relator do projeto da Lei Orgânica da Previdência Social". In Villaça, Antonio Carlos, op. cit. p. 160.

[62] VIANNA, Luiz Werneck. Op. cit. pp. 254 a 257

[63] Idem.

Escola de Serviço Social de Goiás. Estes aspectos serão analizados na segunda parte desse trabalho. Antes, porém dados significativos ao estudo que ora se desenvolve, relativos à década de 50, serão abordados como as novas exigências do Sistema Capitalista, a interdependência desse com as idéias dominantes presentes nesse período, como ainda o relacionamento destes dados à legitimação do ensino e da profissionalização do S. Social no Brasil.

3 - NOVAS DETERMINAÇÕES DO SISTEMA CAPITALISTA, IDÉIAS DOMINANTES E A LEGITIMAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL.

A década de 50, no âmbito da infra-estrutura, pode ser caracterizada pela etapa em que a economia brasileira se relaciona com a expansão do capitalismo monopolista,[1] segundo a forma típica que ela assume com referência à parte mais pobre, dependente e subdesenvolvida da periferia. Nessa etapa, a economia brasileira não só concorre para intensificar o crescimento do capitalismo monopolista no exterior, como também se incorpora a este crescimento - tornando-se um dos seus polos dinâmicos na periferia. Para essa transofrmação concorrem fatores distintos: - "a decisão externa", i.é., a disposição das economias centrais de "alocar no Brasil um volume de recursos suficientes para deslocar os rumos da revolução econômica em processo"; - o empresariado nessa disposição com o fim de implantar no País a organização e o crescimento econômico intrínseco ao projeto da grande corporação: - a "decisão interna" de assumir o referido projeto de transformação capitalista.[2] Isto ocorre porque para o capitalismo monopo

---

[1] Para um estudo mais detalhado sobre a natureza e etapas do desenvolvimento do Capitalismo ver: Fernandes, Florestan - A Revolução Burguesa no Brasil. Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1975.

[2] FERNANDES, op. cit. p. 251 e seguintes.

lista "os obstáculos" face às estruturas pré-existentes têm pouca significação estrutural. Uma vez que, na sua emergência "cria seu próprio espaço ecológico, sócio-cultural e político na periferia. A questão não é de viabilidade mas de custos , tempo e operacionalidade".[3]

Já no plano político a expressão mais significativa é o Estado populista-desenvolvimentista, pela "aliança"empresários x setores populares. Com o fim do período fácil das importações, quando os interesses pareciam conciliáveis, os conflitos que até então só existiam de forma latente, vão pouco a pouco se aflorando.[4] E o pacto populista começa a fragmentar-se: de um lado as pressões distributivistas das massas, e de outro os interesses dominantes, isto é, a manutenção da lucratividade das empresas e as necessidades da acumulação. "As classes médias, profissionais liberais, forças armadas - pauperizadas pela inflação, sentem-se excluídas dos processos decisórios do estado-populista, que não mais representa os seus interesses, e que parece encaminhar-se para ruptos de crescente radicalização. (...) Começa a delinear-se' no fim do período uma nova polarização: de um lado os setores populares, representados, até certo ponto, pelo Estado, e por alguns intelectuais de classe média; e de outro, um amálgma' heterogêneo que compreendia grandes parcelas da classe média, da chamada burguesia nacional, do capital estrangeiro monopolista e das antigas oligarquias".[5]

Essas colocações tratadas, em síntese, serão desenvolvidas quando relevantes à compreensão do Serviço Social , no Brasil e, especialmente, em Goiás.

---

[3]FERNANDES, Florestan, op. cit. pp. 251 e seguintes.

[4]CARDOSO, Fernando H. e FALLETO, E. Dependencia y desarrollo en America Latina. México, Siglo Veintiuno Ed. S.A, 3ª ed. 1971. p. 145.

[5]FREITAG, Bárbara, op. cit. p. 48.

A década de 50 traz no nascedouro um questionamento: qual deverá ser a estratégia ao desenvolvimento brasileiro? O tema é amplamente debatido. Três fórmulas podem ser caracterizadas: a neo-liberal, a desenvolvimentista-nacionalista e a nacionalista radical.

A fórmula neo-liberal fundamenta-se no mecanismo' de preços como determinante principal da economia; os orçamentos governamentais devem ser equilibrados e as emissões controladas; o capital estrangeiro deve ser bem recebido e estimulado. Seu principal ideólogo - Eugenio Gudin - é sustentado pelos grupos: o Globo, da família Marinho, ligado aos negociantes e importadores portugueses do Rio de Janeiro e os Diários Associados, pelo vasto império de Assis Chateaubriand.[6]

Já a fórmula desenvolvimentista-nacionalista[7] tem suas propostas definidas tanto a nível teórico como empírico na orientação da Cepal.[8] Esse filão vem desde o nacionalismo

---

[6]SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio a Castelo. Rio de Janeiro. 4ª ed. Ed. Paz e Terra, 1975. pp. 117 a 123.

[7]Idem. p. 119. Para Skidmore o escritor mais notável dessa posição é Celso Furtado: A Economia Brasileira (Rio de Janeiro, 1954) e Uma Economia Dependente. (Rio de Janeiro.1956)- são obras que bem caracterizam essa fórmula.

[8]CEPAL: Comissão Econômica das Nações Unidas para a América' Latina, fundada em 1948. Essa é criticada, teoricamente,por Losada Aldana em Dialética do Subdesenvolvimento, sobretudo quando aquela vê nos marcos do capitalismo monopolista "uma cooperação internacional para o desenvolvimento" e citando' a frase de Foster Dulles: "os Estados Unidos não tem amigos. Tem interesses" - chama a tese cepalina "essa admirável ingenuidade". Aldana, R. Losada. Dialética do Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro. Ed. Paz e Terra, 1968.

dos tenentes e mais recentemente no esforço do Estado pela industrialização. A nova estratégia visa uma economia mista, um setor privado com novos incentivos, atendendo determina - das prioridades de investimentos e o Estado intervindo mais diretamente para suprir as limitações daquele setor. O capital estrangeiro poderia desempenhar importante papel, mas sob cuidadosa regulamentação das autoridades nacionais. Seu denominador comum assentava-se num forte nacionalismo. Contava-se com o apoio de jovens tecnocratas e intelectuais[9] que aspiravam para o país um elevado padrão para todos os cidadãos e sòmente tornar-se-ia uma nação moderna e amadurecida se optasse pelo impulso acelerado da industrialização, superando aquele estágio de "sonolento fornecedor de exportações tropicais para o mundo...".[10]

A terceira fórmula - a do nacionalismo radical[11] - sustentava a idéia "de que a estrutura social e econômica vigente era de exploração" e exigia mudança radical, atribuindo o subdesenvolvimento brasileiro a uma aliança de investidores particulares e governos capitalistas, dentro do mundo industrializado, limitando o Brasil a mero exportador de produtos - a níveis exorbitantes - situação essa controlada por organizações monopolistas.[12]

Para Skidmore a fórmula do nacionalismo radical era lacônica quanto a sugerir medidas e agressiva face ao sistema vigente, afirmando mesmo que a motivação econômica que postulava era mais uma estratégia à revolução política - uma reordenação radical da ordem social. Essa posição abrangia a-

---

[9]Desse grupo fazia parte Hélio Jaguaribe, Guerreiro Ramos cujo núcleo fez surgir o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). (Cf. Skidmore, p. 434.)

[10]SKIDMORE, op. cit. p. 119.

[11]Esse grupo era integrado por intelectuais como: Caio Prado Junior e Nelson Werneck Sodré. (Cf. Skidmore, p. 434)

[12]SKIDMORE, op. cit. p. 120.

lém de comunistas e intelectuais marxistas, parcela de brasileiros, sensibilizados pela teoria do subdesenvolvimento baseada na "exploração".

As fórmulas para o desenvolvimento eram respostas à necessidade de se apontar diretrizes para solucionar os problemas da economia brasileira. E, como ainda ressalta Skidmore, não eram posições facilmente identificáveis. Diferentes modelos de análise, sustentados por diferentes ideólogos, representantes dos diversos grupos. O que faz ressaltar a concepção gramsciana de que é no campo ideológico que os homens tomam consciência dos conflitos de seu mundo econômico, donde haver uma relação necessária entre a ideologia e a economia, entre a infra-estrutura e a superestrutura.[13]

Procurando apreender as articulações que perpassam a sociedade civil e a sociedade política - instâncias da superestrutura e também a estrutura econômica, parte-se dessas concepções sobre o desenvolvimento brasileiro e busca-se, através dos governos Vargas (1951-1954) e J.K.(1955-1960), novas determinações do sistema capitalista, como nexo explicativo da conjuntura que registrou a legitimação do ensino de Serviço Social no Brasil, da profissão de assistente social e da criação da Escola de Serviço Social de Goiás - esta última, elemento de preocupação do presente trabalho.

A tônica do apelo ideológico, que aflui daquelas fórmulas propostas, está calcada nas idéias do nacionalismo, do desenvolvimentismo e da industrialização. Elas podem ser explicadas dentro do sistema que as contém - o capitalismo.

Se numa primeira fase, a competitiva, abordada no capítulo anterior, a ênfase do sistema apoiava-se na exploração de matérias-primas e produtos agrícolas e na importação

---

[13]PIOTTE, J.M. La pensée politique de Gramsci. París, Ed. Anthropos, 1970. p. 23.

de produtos manufaturados; na década de 50 o Brasil passa a substituir suas importações pela efetiva implantação de seu parque industrial, produzindo seus próprios produtos antes importados.[14]

É importante observar que durante toda década de 40 até a metade da de 50, o crescimento econômico do Brasil é considerável. Isto se constata pela oferta de bens e serviços que se eleva entre 1939 e 1954 de 176,2 para 413,2 bilhões, correspondente a uma taxa anual de 5,9%. A população' cresceu a uma taxa anual de 2,4% considerando que nesse período a oferta anual por habitante é de 3,4%. (Grupo Misto/BNDE CEPAL-Análise e projeções do desenvolvimento econômico, II, Quadro I). Esse processo de crescimento caracteriza-se por três fases bem definidas: 1 - durante a guerra quando o rítmo é mais lento; 2 - no após guerra, em que há uma aceleração mais acentuada; 3 - que se extende de 50 a 54 quando se registra um crescimento duas vezes mais que o atingido no período anterior, justificado pela elevação dos preços do café no mercado internacional. Assim a maior capacidade de capitalização interna decorrente das exportações e a entrada de capitais estrangeiros foram fatores que de 1948 a 1955 determinaram o alto nível que atinge a taxa de investimentos em relação ao dispêndio nacional. O que explica que a expansão econômica não se assentou no esforço da poupança mas em circunstâncias, sobretudo externas, sobre as quais as forças nacionais não poderiam exercer um controle de fato.[15]

---

[14] Ver Celso Furtado que fêz inúmeros estudos sobre o assunto: Formação Econômica do Brasil.6ª ed. Rio de Janeiro, 1964 ' Desenvolvimento e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro, 1961. Formação Econômica da América Latina, 1969. Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina, 3ª ed. Rio de Janeiro, 1967.

[15] CARDOSO, Miriam Limoeiro. op. cit. pp. 313 a 321.

A dependência[16] adquire um caráter novo, pois sua configuração é, estruturalmente, diversa daquela da fase anterior. Agora o capital estrangeiro introduz-se no país periférico, investindo nos setores dinâmicos da economia. E, o setor industrial constitui-se no centro dominante da acumulação na medida que se expande torna-se controlado pelo capital estrangeiro.[17] Nesta conjuntura, Vargas é o representante do poder político. Pauta-se por uma política mista, apelando aos interesses diversos e contraditórios dos vários setores e classes. No campo externo preocupa-se com a balança de pagamentos, tentando evitar os déficits crônicos; internamente, enfrenta a inflação e as decorrentes tensões sociais, procurando uma estratégia que elevasse os benefícios sociais e econômicos.[18]

Sua política mista reflete a maneira de conciliar os diferentes interesses das forças políticas heterogêneas que enfrenta. Contudo vê-se envolvido pelas diversas ideologias que estão orientando o desenvolvimento brasileiro, atra

---

[16]A dependência é um conceito teórico que procurando explicar, em caráter global, a formação das sociedades latino-americanas, isto é, abrangendo fatores macro-estruturais, tanto políticos e econômicos, como sociológicos e culturais, analisa a trajetória histórica das soceidades periféricas e suas relações com os países centrais. Ou ainda uma teoria' globalizante que analisa o desenvolvimento x subdesenvolvimento como um processo histórico-social global. KOWARICK, Lúcio. Capitalismo e Marginalidade na América Latina. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1975. p. 65.

[17]SANTOS, Theotônio dos. O novo caráter da dependência: grande empresa e capital estrangeiro na América Latina. In: Pereira, Luís. Perspectiva do capitalismo moderno. Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1971. pp. 185-232.

[18]SKIDMORE, Thomas, op. cit. p. 124.

vés daquelas fórmulas referidas anteriormente. Segundo Skidmore mesmo diante de sua ambivalência poder-se-ia afirmar que, face à política econômica, está mais próximo do desenvolvimentismo-nacionalista do que das outras duas fórmulas. Procura manter o "delicado equilíbrio entre a ortodoxia e o nacionalismo na política. De 1951 a 1953 seu "approach" foi dialético".[19] Medidas moderadas são contrabalançadas pelas nacionalistas. Assim os ataques ao capital estrangeiro, contrabalança-se com a liberação do câmbio. Contudo essa política mista vai cada vez afunilando seu espaço de viabilidade.

Se num primeiro momento do populismo[20] (Vargas-Estado Novo), a ideologia, segundo Weffort, não tem papel importante pois o que se enfatiza é a imagem do líder e do Estado como instrumento de manipulação política; já na década de 50 pode-se indicar que o populismo faz seu apelo ao nacionalismo, "como manifestação ideológica de todo o processo populista e cobertura ideológica do desenvolvimentismo".[21]

O conteúdo ideológico do discurso nacionalista vem pois como meio a edificar o consenso popular como

> "sentimento que podia unir brasileiros de diversas classes e setores, dar-lhes um senso de comunidade. (...) a identificação com a nação em um esforço comum poderia ajudar a superar as tensões de classe produzidas por uma sociedade em desenvolvimento".[22]

---

[19] SKIDMORE, op. cit. p. 132.

[20] O populismo é aqui tomado como "um tipo de dominação política na qual a dominação de classe não é manifestada e na qual o Estado e seus aparelhos asseguram o atendimento de interesses reais (ou se propõem a atender) dos vários grupos sociais com os quais faz aliança". RABÊLO, Francisco C. Evangelista. O Governo Mauro Borges: Tradicionalismo, Planejamento e Mobilização Social em Goiás. (Tese de Mestrado) mimeog. Departamento Ciência Política, B. Horizonte, M.G.

[21] WEFFORT, F. C. Partidos, Sindicatos e Democracia: Algumas questões para a História do Período - 1945-1964. p. 72. In: Rabêlo, op. cit. pp. 6 a 38.

[22] SKIDMORE, op. cit. p. 143.

É pois no compromisso, na política de conciliação de interesses e contradições que se pode detectar a classe média e sua "instintiva atração" pelo nacionalismo, quando seus membros se identificam com a industrialização e a modernização e ainda com a posição de que o Brasil precisava estabelecer controle sobre sua economia. Isto porque ela se beneficiaria com essa autonomia, uma vez que seus membros passariam a ocupar postos administrativos e técnicos que o desenvolvimento econômico exigisse e criasse.[23]

É por esse filão de articulação entre sociedade política e sociedade civil que se apreende o momento em que o grupo profissional do Serviço Social, na categoria das profissões de classe média, busca legitimidade da sua instituição de ensino.[24]

O prosseguimento dessa monografia, no decorrer desse capítulo, terá em vista explicitar os componentes políticos e ideológicos que se constituirão matrizes à criação das Escolas de Serviço Social e ao reconhecimento da profissão de assistente social.

Assim é que na efervescente conjuntura de 54, precisamente, em abril, Getúlio Vargas assina o decreto nº 35.311 (ver anexo nº 4), regulando o ensino de Serviço Social no Brasil, ficando pelo artigo 2 do mesmo decreto definida como finalidade do curso:

---

[23] SKIDMORE, op. cit. p. 143.

[24] Essa relação mencionada entre classe média e o assistente social é um aspecto importante a ser estudado, em trabalho posterior, quando procurar-se-à apreender o as. social na busca de status, de identificação e/ou na divisão de poder que se estabelece entre esse profissional e a classe dominante, na figura do "chefe" ou do patrão.

I - "promover a formação de pessoal técnico habilitado para execução[25] e direção do Serviço Social;

II - Aperfeiçoar e propagar os conhecimentos e técnicas relativos ao Serviço Social;

III - contribuir para criar ambiente esclarecido que proporcione a solução adequada dos problemas sociais".

Ao analisar esse artigo pode-se perceber as relações entre a estrutura legal (o Estado), a instituição educacional (o Serviço Social) e as determinações econômicas conjunturais.

Esse momento Thomas Skidmore o caracteriza assim:

> "um programa anti-inflacionário penoso e impopular, que se impunha tanto pelo estrangulamento externo como pelos desequilíbrios internos. (...) Apesar das reformas cambiais e do drástico corte nas importações, o problema do balanço de pagamento persistia (...).
> (...) Em janeiro de 1954 o aumento do custo de vida provocara comícios dos trabalhadores, exigindo aumento dos salários. (...) 'O governo vela pelos vossos interesses. O combate sem quartel que dou aos opressores e exploradores só tem equivalência na luta sem trégua com que defendo os desfavorecidos[26] e os espoliados'.

---

[25] Numa linha hierárquica funcional a execução está abaixo da direção, no entanto sua indicação em primeiro lugar pode retratar a "urgência" em se ver o serviço técnico executado. Essa falha na indicação citada é corrigida quando da lei nº 3.252 de 27/08/1957 que regulamenta o exercício da profissão no art. 3: São atribuições dos Assistentes Sociais, a-linea c - "direção e execução do Serviço Social em estabelecimentos públicos e particulares".

[26] KOWARICK - op. cit. p. 70. Os "desfavorecidos" podem ser vistos assim: pela desarticulação parcial do setor agrário, sob o impacto do capitalismo e a decorrente liberação da mão de obra que aflue à cidade - "lenta expansão de empregos industriais, pequenas parcelas dessa força de trabalho chega a se transformar em operariado. Donde desempregados,

> (...) A classe média, temerosa de perder seu status e vantagens econômicas numa sociedade em vias de industrialização mas desgovernada pela inflação. (...) o Exército estava ameaçado por uma inegável crise de autoridade que poderia solapar a coesão da classe militar (...). Além do mais a situação econômica estava piorando (...). Os empresários lutavam nos tribunais contra o decreto do aumento do salário-mínimo, que finalmente foi declarado legal pelo Supremo Tribunal Federal, que tomou sua decisão sob ameaça de greve geral. (...) Juntando-se às tensões internas criadas pelo aumento do salário mínimo, crédito e política cambial, houve uma desastrosa redução nas receitas em dólar no exterior".[27]

Esses elementos podem participar na explicação da expectativa do "poder político" face à instituição educacional - instrumento de manipulação: "Criar ambiente esclarecido que proporcione a solução adequada dos problemas sociais", propagando os conhecimentos e técnicas relativas ao Serviço Social. (grifo nosso) Assim os valores inculcados viriam criar as condições favoráveis ao controle dos conflitos que estão trazendo "disfuncionalidade" no sistema nesse momento da história brasileira.

Os valores que vão orientar a formação do assistente social (ver parte III), legitimando sua atuação profissional, estão também contidos na própria visão do desenvolvimento brasileiro, como se vai observar nas colocações seguintes.

O arcabouço teórico e ideológico que está orientando o desenvolvimento brasileiro, no período subsequente ao

---

subempregados, mendigos, menores abandonados, famílias desorganizadas, (...) vem engrossar o estrato das populações que potencialmente, estaria servindo ao exército industrial de reserva".

[27] SKIDMORE, op. cit. pp. 158 a 173.

tratado, sobretudo no que diz respeito à superação da condição de país subdesenvolvido é a teoria da modernização.

A preocupação que se põe no prosseguimento desse capítulo é fazer algumas colocações daquele modelo teórico e sua relação na prática com o discurso ideológico do poder político, no caso representado pelo governo J.K. Com isso procura-se compreender as adequações ideológicas que o sistema capitalista engendra para explicar sua própria expansão.

A teoria da modernização tem na corrente funcionalista seus pressupostos básicos - que vê a sociedade como um organismo harmônico, composto por partes que buscam o equilíbrio no ajustamento ao todo, onde os focos não integrados reduzem-se a problemas de meros ajustes no funcionamento do sistema.[28]

Para a ideologia desenvolvimentista de J.K, o Brasil faz parte de um sistema - "o mundo ocidental" ou "civilização ocidental cristã" - "facilmente identificável como sistema capitalista",[29] aceitando-o e justificando-o mesmo. E o vê como um sistema em expansão, trazendo benefícios desiguais às diferentes partes do todo. Esses "benefícios" nunca são vistos pela ótica da dominação ou da exploração, pelo contrário o presidente Juscelino pretendia aumentar as "vantagens" da economia brasileira ao ampliar sua integração de forma mais dinâmica no sistema capitalista.[30]

A teoria da modernização, ao interpretar a mudança social, parte de premissas assentadas em padrões caracterizados como "modernos". Esses, dependendo de diferentes tempos históricos, são registrados ou não, decorrendo daí a indicação de diferentes etapas históricas.[31] O subdesenvolvimento,

---

[28]PARSONS, Talcott. The Social System. Glencoe, Free Press, Londres, 1951. In: Kowarick, op. cit. p.45.

[29]CARDOSO, Miriam Limoeiro, op. cit. p. 331.

[30]Idem. p. 332.

[31]ROSTOW, W.W. The Stages of economic growth: a non communist manifest. Cambridge University Press, 1972.

para ela, é uma etapa histórica que necessita ser superada pelos povos que vivenciam essa condição de atraso, tendo em vista um modelo de desenvolvimento, segundo os padrões dos povos industrialmente avançados.

Assim a situação brasileira é conceituada em relação a outros países ocidentais, países adiantados, "buscando construir uma economia nos moldes das economias capitalistas avançadas".[32] O desenvolvimento é visto como uma oposição ao subdesenvolvimento, ao atraso. Daí a nação dirigir-se para superação desse atraso, dinamizando a economia, acelerando o processo de crescimento econômico.[33]

O subdesenvolvimento, sinônimo de pobreza, é analisado como etapa de transição, justificando esse atraso pela condição de país exportador de matéria prima. Como proposta de superação, caminho de viabilidade para vencer aquela etapa, propõe a ideologia desenvolvimentista - a industrialização.[34] É pois por esse caminho que se processará a integração

---

[32]CARDOSO, op. cit. p. 332.

[33]Idem, p. 331.

[34]Numa postura crítica de desnudamento dessa ideologia, a industrialização, como momento na expansão do capitalismo, pode ser vista assim: "A grande indústria (o capitalismo monopolista - destaque nosso) universalizou a concorrência: (...). Criou os meios de comunicação e o moderno mercado mundial, submeteu ao seu poder o comércio, converteu o capital em capital industrial e engendrou com ele a rápida circulação (o desenvolvimento do sistema monetário) e a centralização dos capitais. Por meio da concorrência universal obrigou a todos os indivíduos a por em tensão suas energias até o máximo (...) Acabou, em termos gerais, com todo o natural, na medida em que é possível fazê-lo dentro do trabalho, e reduziu todas as relações naturais à relações baseadas no dinheiro. Criou em vez de cidades naturais, as grandes cidades industriais modernas, surgidas da noite para o dia. Destrói, por onde penetra, o artesanato

da economia brasileira ao sistema a que pertence.

Ao enfatizar a industrialização, como força progressista, capaz de solucionar os males do país, a ideologia desenvolvimentista desvia o foco de questionamento face às causas que geram a condição de subdesenvolvimento ao dar realce só a problemática da exportação e, como lhe é próprio não vai levar em consideração as relações sociais que engendram a forma de organização da produção, determinadas por sua vez pelo modo de produção capitalista.[35]

Se em 1953 pelas modificações ocorridas no regime cambial a agricultura de exportação é beneficiada em detrimento à indústria, torna-se crítica para esse setor a necessidade de capital. Assim pela instrução nº 1113 da SUMOC em, 1955 ampara-se a indústria, facilitando a entrada de capitais

---

e todas as fases anteriores à indústria. Põe acima o triunfo da cidade comercial sobre o campo. Suas premissas é o sistema automático. Seu desenvolvimento engendrou uma massa de forças produtivas que encontravam na propriedade privada uma trava entorpecedora (...), destruindo com ele o caráter próprio e peculiar das diversas nacionalidades. Finalmente enquanto a burguesia de cada nação segue mantendo seus interesses nacionais à parte, a grande indústria criou uma classe que em todas as nações se move pelo mesmo interesse e naquela em que se fez presente está destruída toda nacionalidade. A grande' indústria faz insuportável ao operário não só a relação com o capitalista, como também a própria relação com o trabalho. E, do mesmo modo, os países, onde tenha desenvolvido uma grande indústria, influem nos países mais ou menos não industrializados, na medida em que estes se vêem impulsionados pelo intercâmbio mundial à luta universal pela concorrência. MARX, Carlos y ENGELS, Frederico. La ideologia Alemana. Ed. Pueblos Unidos y Grijalbo. 5ª ed. Montevideo y Barcelona, 1974. p.68 a 70.

[35]CARDOSO, op. cit. p. 333.

estrangeiros, chegando mesmo a oferecer vantagens superiores ao nacional, contando com ampla liberdade de entrada e saída do país, marcando desta feita o desenvolvimento brasileiro como industrializante e associado.[36]

O governo justifica a "associação" de empresas nacionais e estrangeiras, como maior racionalidade às empresas nacionais. A ideologia desenvolvimentista descaracteriza o nacionalismo, pois sua proposta é de um nacionalismo racional, isto é, técnico que atenda aos interesses da nação, dados apriori como os interesses do desenvolvimento econômico. O político é mera expressão emocional. O fundamento desse nacionalismo é a harmonia de interesses entre os desenvolvidos e os subdesenvolvidos. Para os setores dominantes, essa harmonia é fruto de um único sistema e das articulações que ele mesmo cria. Em síntese é um nacionalismo patriótico: transformar para conseguir o desenvolvimento do país, na verdade significa o fortalecimento dos setores mais dinâmicos da economia donde o progresso para conservar; é internacionalista' porque o desenvolvimento visa a integração ao bloco ocidental, ao sistema capitalista, e ainda anti-comunista porque não aceita a subversão, que é sinônimo de tudo aquilo que se opõe ao regime estabelecido. Daí o cambate ao subdesenvolvimento' como ameaça à segurança do Ocidente.[37]

A passagem da ênfase da agricultura de exportação para o setor industrial refere-se ao momento em que o desenvolvimentismo

> "se propõe como fortalecimento de uma mudança de hegemonia, mas apenas intra-classe dominante (...). Sendo progressista para o sistema em que se insere (...). (...) transforma dentro dos limites já estabelecidos (por ele, rompendo as amarras que dificultam a um impulso maior a sua dinamização), com a finalidade de mantê-lo já que o sistema só se mantém se expandido".[38]

---

[36] CARDOSO, op. cit. pp. 342 e 343

[37] Idem, pp. 221, 343 e 338.

[38] Ibidem, p. 347.

No processo de integração, uma categoria funcionalista, com grande utilidade na teoria ora estudada[39] - é a socialização. Através dela a sociedade é levada a pensar e a vivenciar o consenso social. Na ideologia desenvolvimentista pode-se apreendê-la nos seguintes momentos: - o apelo pelo desenvolvimento aglutina a todos, levando a pensar não enquanto grupo ou classe mas enquanto coletividade; - clama a todos a colaborarem já que todos desfrutarão dos benefícios do desenvolvimento. O programa de Metas não é apenas um plano de governo, mas "expressão da vontade irreprimível de todo o povo brasileiro".[40] Essa mobilização desencadeada pela ideologia dominante faz do desenvolvimento uma redenção nacional, despertando a esperança por melhores dias, fazendo o povo suportar sacrifícos que a "caminhada" exige, mas no fim todos serão recompensados. O desenvolvimento é colocado como algo inquestionável, dentro da ordem que o sustenta, numa perspectiva dinâmica e expansionista.[41] Para atender essas exigências a ideologia desenvolvimentista-nacionalista aglutina pois a todos em torno do projeto de alguns, fazendo desse o projeto social, isto é, elegendo os interesses e os objetivos das forças sociais emergentes - fração da classe dominante, cuja hegemonia já se faz sentir - como os objetivos e interesses do povo brasileiro.[42]

A união de todos significa envolver ideologicamente os grupos sociais que vão desencadear e manter o processo. Assim trabalho e capital, sob a vigilância da ordem e da pre

---

[39] Ver sobre a teoria da modernização: Apter, David. Estudios de la modernización. Buenos Aires, Ed. Amorrortu, 1970. Eisenstadt, S.N. Modernização, protesto e mudança: modernização das sociedades tradicionais. Rio de Janeiro. Ed. Zahar, 1969.

[40] *OLIVEIRA*, Juscelino Kubitschek de. Mensagens, 1959, p. 24.

[41] CARDOSO, op. cit. p. 334.

[42] Idem, p. 335.

servação da Democracia, devem estar harmonicamente unidos. Aqueles dois fatores um terceiro é acrescentado - a técnica. Em nome da paz que deve unir a todos, as desavenças são contornadas a serviço do desenvolvimento. Desta feita organiza-se a produção pelo capital x trabalho, permeados pela técnica, tendo em vista a promoção do desenvolvimento e/ou a "promoção do homem". Se para o capital e a técnica, a ideologia apela à participação, oferecendo como motivação as promessas de ascendente lucratividade, da necessidade de se enfrentar o subdesenvolvimento, diante de uma ameaça em potencial ao bloco ocidental; para o trabalho a ênfase é outra, utilizando-se da mobilização política com o objetivo de manter controle sobre as forças do trabalho, na crença das melhorias de vida e da eliminação da pobreza. Assim procurando racionalizar o trabalho e aperfeiçoar a técnica nacional novas exigências são processadas. Agora, a socialização atinge outros setores, e o setor educacional é equacionado na dimensão do desenvolvimento.[43]

> "Cumpre articular o 'nosso sistema educacional' com o desenvolvimento a partir da escola elementar, onde o cidadão de aptidão comum deve ser preparado para que atinja a produtividade requerida pela moderna sociedade industrial, e o elemento mais apto deve ser descoberto e cultivado para que encaminhado a outros níveis de ensino, possa servir aos superiores interesses da nossa cultura".[44] (grifo nosso)

Essa visão que sustenta a divisão entre os cidadãos de aptidão comum, cuja produtividade virá servir à "moderna sociedade industrial" e "o mais apto" à serviço dos "superiores interesses da nossa cultura", bem se aproxima da referência de Durkheim,[45] para quem a "classificação das coi-

---

[43] CARDOSO, op. cit. p. 212 e 213.

[44] OLIVEIRA, J. K. de. Mensagem, 1959, p. 26.

[45] DURKHEIM, E. e MAUSS, M. "De quelques formes primitives de classification (contribuition à l'étude des représentations collectives)". In: M. Mauss. Oeuvres, vol. 2: Re-

sas reproduz a classificação dos homens", fundamentado na configuração de uma ordem lógica que encobre uma ordem social. Aquele discurso no entanto vem dissimular a estrtura real das relações sociais, pois sua função ideológica é legitimar uma ordem arbitrária em que se funda o sistema de dominação vigente.[46]

A classificação esta presente em toda visão desenvolvimentista, de um lado os que concorrem com o capital, de outro os que concorrem com o trabalho e permeando estes a técnica.

A exigência social que aflora da ideologia desenvolvimentista, formulada através do discurso e da prática política de Juscelino Kubitschek, como a afirmativa: "só a técnica poderá abreviar a superação dos fatores de atraso com que nos defrontamos"[47] - concorre à compreensão de que a ideologia não tem de modo algum caráter fluente inessencial, pelo contrário sua necessidade é tão fundamental como "o cimento que mantém o todo em seu lugar (...) Na prática política a ideologia é o poder que trabalha".[48]

Assim em nome do desenvolvimento, quando todos são chamados a participar, pode-se apreender o significado da iniciativa daquele poder político em legitimar o exercício profissional do assistente social que, como se vai observar mais adiante, terá papel fundamental a permear com sua técnica

---

présentations collectives et difersité des civilisations. Minuit, Paris. 1969.

[46]MICELLI, Sérgio. Introdução: A Força do Sentido. In: Bourdieu, P. A Economia das Trocas Simbólicas. S. Paulo, Ed. Perspectiva, 1974. p. XIV.

[47]OLIVEIRA, J.K. de. Mensagem, 1959, p. 26.

[48]HERBERT, Thomas. Reflexiones sobre la situación teórica de las ciencias sociales y de la psicología social en particular. In: Verón, Eliseo (org.). Processo ideológico. Tiempo Contemporáneo, 1971. p. 209.

a relação capital e trabalho, em instituições patronais, por exemplo, procurando conciliar interesses antagônicos e/ou aplainar ou suavizar conflitos nas relações de produção.

Pela lei 3.253 de 27/08/57 (ver anexo nº 5) torna-se livre em todo o território nacional a profissão de assistente social que, pelo art. 1º do decreto 997, tem regulamentada assim sua especificidade: "o Serviço Social constitui objeto da profissão liberal de assistente social de natureza técnico-científica".

Uma outra iniciativa de alcance para o Serviço Social, sobretudo em Goiás, foi a criação da Escola de Serviço Social, pelo decreto nº 40854 de 29/01/57, reconhecida pelo Parecer nº 192 (anexo nº 6)

Se a primeira iniciativa vinha atender às exigências do processo de industrialização, decorrentes das novas determinações do sistema, em que justificativas estaria apoiada a segunda, restrita à periferia? Este questionamento se faz necessário visto que os problemas sociais (objeto de preocupação de uma instituição de ensino de Serviço Social), definidos comumente pelos "desequilíbrios" gerados no processo da industrialização, não seriam contudo oriundos do setor industrial, uma vez que este não é o setor dinâmico no Centro-Oeste, onde está localizada a Escola de Serviço Social de Goiás, como se vai observar mais adiante.

A criação da Escola, a criação da Universidade de Goiás (Católica) pelo decreto 40.411 de 17/10/59 - são momentos em que o Estado, pelas pressões dos grupos de poder a nível regional, legitima instituições da esfera civil, como também serve-se delas para justificar outras iniciativas suas, como a própria construção de Brasília. Pois, segundo Skidmore "Brasília serviu também para outros fins, desviando a atenção de muitos problemas difíceis no setor social e econômico" tais como as reformas agrária e universitária.[49]

---

[49] SKIDMORE. Op. cit. pp. 208 e 209.

Assim as novas determinações do Sistema Capitalista e a ideologia dominante, que permeiam a estrutura social, são elementos explicativos à oficialização do ensino de Serviço Social e da profissão do assistente social - como agente de legitimação dos interesses dominantes.

II - ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL - UMA INSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

1 - A institucionalização da ideologia dominante - a luta das "Classes Patronais" e da Igreja na criação da Escola de Serviço Social de Goiás.

Nesta segunda parte o objetivo da presente monografia é analisar como a ideologia dominante se institucionaliza através da criação da Escola de Serviço Social de Goiás, mediante a pressão de grupos de poder ou melhor através da luta das classes patronais (representadas pelo SESC e SESI) e da Igreja.

Numa sequência dos questionamentos formulados no fim do 3º capítulo da I parte desse trabalho, indaga-se aqui quais seriam as determinações relativas a uma região periférica - o Centro-Oeste, sobretudo no que se refere à criação de uma instituição de ensino, diante das exigências que se colocam nessa década, decorrentes da expansão do sistema capitalista?

Um novo questionamento se faz necessário: que "modelo" de Serviço Social e que profissional correspondente, o desenvolvimento e em nome dele, o sistema exige para sua reprodução?

O "modelo" gerado nesse contexto esta relacionado,

profundamente, com a estrutura econômica que o sustenta. Assim sendo procurar-se-á caracterizá-la para melhor compreender o "modelo" estudado:

1 - a economia goiana está definida a partir de duas atividades produtivas básicas -a agricultura e a pecuária. Esta definição pode ser vista, na sua origem, pela expansão das frentes do café, que, paralelamente, exigiam

> "as culturas de gêneros alimentícios e criação de gado para consumo da área cafeeira e dos grandes centros urbanos a ela integrados (...). O surgimento e a expansão da indústria brasileira, concentrada em S. Paulo, tende a reforçar o impulso, na medida em que, aliada a uma agricultura comercial, visa o mercado interno. A nova região se apresenta como promissor mercado de consumo, possibilitando sua integração como tributária ao complexo industrial-cafeeiro paulista".[1]

2 - A exploração econômica está sustentada em relações familiares, como indica o FIBGE pelos Censos Agrícolas de 50 e 60: em 1950 75% aproximadamente da população, ocupada na agricultura, eram responsáveis pelo estabelecimento e membros não remunerados da família; em 1960 ainda tem-se, nesta categoria/área, 67% da população ocupada na agricultura.

Ainda no que se refere ao setor primário, tanto a agricultura como a pecuária podem ser vistas segundo um desempenho tradicional. A maioria dos estabelecimentos rurais têm essas atividades conjugadas. Enquanto a agricultura conta com 70.159 estabelecimentos, abrangendo uma área de 9.094.849 ha com uma média de 129,5 ha; na pecuária registra-se 38.625 estabelecimentos, ocupando uma área de 19.320.563 ha com uma média de 500 ha por estabelecimento.[2]

---

[1] DAYRELL, Eliane G. Colônia Agrícola Nacional de Goiás. Análise de uma política de colonização na expansão para o Oeste. Tese de Mestrado. Ed. mimeog. Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 1974. p. 50.

[2] IBGE - Censo Agrícola de Goiás, Rio de Janeiro, 1960. In Rabêlo, o. cit. p. 63.

3 - Quanto ao setor secundário, a participação da indústria na formação da renda interna do Estado é mínima. Em 1939 era de 5,7%; em 1949 passa 7,14% caindo para 5,60% em 1959. Comparativamente, pode-se observar que, pelo Censo Industrial de 1950, enquanto os 737 estabelecimentos indus - triais absorviam 4,17% da população economicamente ativa, na agricultura estavam ocupados 81,85%. Pelo Censo de 60, a região mais desenvolvida industrialmente era o Mato Grosso Goiano com 703 estabelecimentos, estando aí incluídos os municípios de Goiânia e Anápolis.[3]

4 - O setor terciário representado, sobretudo pelo comércio, ocupa o segundo lugar na composição da renda interna, com participação significativa e estável. Em 1939,23,86%; 1949, 34,52%; 1959, 35,25%. O período de 39/49 conheceu um crescimento considerável, justificado pela consolidação de Goiânia, como centro urbano. Só Goiânia, no ano de 1949, participou com 41,5% da renda oriunda desse setor. Esse crescimento guarda um rítmo ascendente como se pode observar, pois se na década de 50 foram registrados no Estado 6.338 estabelecimentos comerciais, só nos anos 57,58 e 59 foram criadas, respectivamente, 716, 1212 e 1534 novas casas comerciais.[4]

Nessa estrutura econômica, pode ser delineada a seguinte configuração social:

1 - Um setor bem diferenciado - os proprietários rurais, subdivididos em médios e pequenos proprietários;

2 - Os imigrantes vindos para Goiás, dada sua natureza (ocupados na agricultura) apenas aumentaram o número de empregados, parceiros, meeiros e outras formas de trabalho , não havendo mudança na sua condição social;[5]

---

[3] RABELO, op. cit. pp. 68, 69 e 70.

[4] Idem, p. 71.

[5] Idem, p. 72.

3 - A partir dos anos 40, vão se efetivando os interesses manifestadamente classistas, tais como: a Sociedade Goiana de Pecuária e Agricultura criada em 19/5/41, a Federação das Indústrias do Estado de Goiás em 17/12/50, Federação do Comércio em 26/3/48 - estas duas últimas contando, em 1960, com seis sindicatos cada uma delas nas categorias específicas;

4 - Quanto aos trabalhadores urbanos, no ano de 1960, registrava-se o número de 12 sindicatos, inferindo-se que o movimento sindical era pouco expressivo, uma vez que o pessoal ocupado na produção industrial somava-se 5.068 operários. Rabêlo vê pouca probabilidade de qualquer movimento operário, justificada pela "proliferação e dispersão geográfica das atividades industriais, num sem número de pequenas empresas". Observação que ele estende também aos empregados do comércio e de serviços, mesmo contando essas categorias com número mais significativo de empregados;[6]

5 - No que se refere aos trabalhadores rurais, mesmo representando um universo expressivo de 109.654 pessoas, Rabêlo aponta a "situação estrutural e institucional", vivenciada por aqueles como fatores de impedimento à união de esforços tendo em vista a luta por seus interesses. Se em 1963, só havia três sindicatos dessa categoria, contudo 12 ligas camponesas já eram citadas por Gabriela Toscano, até essa época - o que indica um processo de mobilização e organização dos trabalhadores rurais, quando a autora assim se fundamenta: "o caráter eminentemente agrícola do Estado orientou também a sua atuação com vistas a capitalizar os conflitos na área rural, que tinham como móvel principal as disputas pela posse da terra". Dando conta de que os conflitos podem ser estudados em dois momentos: 1º de 1953 a 1955 - inexistência de uma postura ideológica definida e intermitência de choques, 2º em 1955, contando com uma organização sistemática, quando se registra a Associação dos Lavradores e Trabalha

---

[6] RABÊLO, op. cit. p. 74.

dores Agrícolas de Formoso e Trombas.[7]

A partir das condições concretas da estrutura econômica e das configurações de grupos e/ou frações de classes que compõem a realidade goiana, o estudo de ideologia, aqui tomado, é desenvolvido como elemento que permeia essa realidade, como um "sistema de idéias e de suas atualizações, institucionalizadas ou não".[8]

Ao procurar apreender o "modelo" de S. Social e de seu profissional, buscam-se as idéias em que os homens se apoiam para justificar a necessidade dessa Instituição, sem perder de vista as condições concretas, expostas, anteriormente, que concorreram à formação de suas idéias.

Há uma relação nesse filão estudado quando, no capítulo 2º da I parte, vê-se a manipulação dos empresários face aos trabalhadores, elaborando a Carta Econômica de Teresópolis e a Carta da Paz Social, e criando instituições como o SESC e o SESI como formas de atualização da ideologia dominante. Ao mesmo tempo que a sociedade capitalista se expande em âmbito nacional, amplia-se também o âmbito de atuação destas instituições, através das delegacias regionais.

Assim com a chegada do SESC em Goiás, em fins de 1947, um ano após a criação do orgão nacional,[9] pouco a pou-

---

[7] TOSCANO, Gabriela & Castro, Nádya A. Determinantes Sócio-econômicos do Radicalismo Eleitoral: O Caso de Goiás. Revista de Administração Pública. R. de Janeiro, 1973. In Rabêlo, pp. 74 e 75.

[8] CARDOSO, Miriam Limoeiro. Op. cit. p. 62.

[9] O SESC, instituição de âmbito nacional, compreendendo um Conselho Nacional, um Departamento Nacional, um Conselho Fiscal, 21 Administrações Regionais, com sede nas capitais dos Estados, contando cada uma delas com um Conselho Regional e uma Delegacia Executiva em Brasília.

to essa instituição vai se articulando e, na esfera da sociedade civil, vai criando o espaço viável à implantação da Escola de Serviço Social.

Ao historiar sobre o SESC, no Centro-Oeste, Ivanice Fernandes refere-se à difícil situação do comerciário goiano (apesar de ser o segundo setor que mais contribui para a renda interna, como se viu anteriormente): sem assistência nenhuma, pois o IAPC ainda não prestava serviços e não tinham (os interessados) condições de arcar com as despesas de assistência particular - "era uma classe que não podia viver da assistência dada a indigentes visto ter um nível de vida mais elevado".[10] (grifo nosso)

A condição de penúria do comerciário goiano indica o nível de exploração a que está sujeito, uma vez que pelo Decreto-Lei nº 399 de 1938 que institui o salário-mínimo "biológico ou vital" - ele constitui o "somatório das despesas diárias de um trabalhador adulto em alimentação, habitação, vestiário, higiene e transporte".[11] Mesmo no dizer de Vianna, que o mínimo se "limitava a regulamentar a remuneração indispensável para que um trabalhador pudesse reproduzir sua força de trabalho ao fim de uma jornada, tomar o mínimo como parâmetro implicava em aviltar o salário do trabalhador qualificado. O salário se transformava, consequentemente, num instrumento efetivo para a acumulação (...)".[12]

Se com a instalação do SESC em Goiás, a assistência dada ao comerciário estava restrita à área da saúde, já a partir de 1952 um novo programa assistencial é implantado: o

---

[10] SOUZA, Ivanice F. de. O SESC em Goiás. In Um Centro de Atividades impulsionado por técnicas de S. Social. Inédito. Biblioteca do Departamento de Serviço Social. Goiânia, 1965.

[11] VIANNA, Luiz W. op. cit. p. 235.

[12] Idem, p. 239.

segundo Plano Geral de Ação, que recomenda a prestação de serviço com fins educativos. Face ao programa a ser desenvolvido, contrata-se a primeira assistente social em Goiás - e o agente da manipulação pedagógica entra em cena. "O SESC é um dos precursores do Serviço Social em Goiás, pois a primeira Assistente Social em nosso Estado foi sua funcionária e ela muito fêz para o desenvolvimento de sua profissão".[13]

Esse fato esta relacionado às primeiras inciativas' para a criação da Escola de Serviço Social em Goiás:

> "Aos 28 do mês de outubro de 1953, reuniram-se na sede do Serviço Social do Comércio, av. Goiás, 38, os representantes das várias Instituições interessadas na habilitação de pessoas para o Serviço Social".[14]

Convocados pelo SESC, tendo como secretária desta reunião a assistente social deste, estão presentes de um lado - os representantes da Igreja, nas pessoas do Vigário Capitular, do presidente da Conferência S. Vicente de Paula e a representante das Irmas Missionárias de Jesus Crucificado; de outro lado - os empresários, através do presidente e do vice presidente do SESC, do Diretor Geral do SESI, e, ainda o Estado - representado pelo Conselho Estadual de Serviço Social, pela Legião Brasileira de Assistência (LBA), e pelo Diretor da Estrada de Ferro de Goiás. E, como elemento-chave do encontro, a representante do Departamento Nacional do SESC, uma assistente social, que fez ligeiro histórico quanto à origem dos cursos de Serviço Social no Brasil,

> "frizando ser idéia inicial do SESC organizar apenas um curso, patrocinado por uma Escola, mantido pelas várias Instituições da Comunidade. Entretanto pela nova regulamentação das Escolas, parece-lhe impossível organizar um Curso isolado, donde o caso de se pensar então, na criação de uma Escola".[15]

---

[13] SOUZA, op. cit. p. 2.

[14] Ata da 1ª Reunião do Conselho Criador e Mantenedor da Escola de Serviço Social de Goiás. Arquivo do Departamento de Serviço Social da Universidade Católica de Goiás

[15] Idem.

Antes da criação efetiva da Escola, além dessa ata, outras três são registradas no livro de Atas do Conselho: uma em 1955 e as demais em maio e setembro de 1956.

Pode-se destacar portanto destas atas: - a presença constante e fundamental de um lado da Igreja, através da Associação Brasileira de Educação Familiar e Social (com sede no Rio de Janeiro, pessoa Jurídica da congregação religiosa que assumiu a direção da Escola de S. Social de Goiás) e das instituições como a Conferência de S. Vicente de Paula , Liga Goiana de Assistência e a Associação do Pequeno Trabalhador Autônomo (APTA) que contribuiram financeiramente para a implantação da Escola com a quantia de Cr$ 70.000,00; - e de outro lado a presença também constante dos empresários,representados pelo SESC e SESI, quando contribuiram com Cr$... 100.000,00 para a criação da Escola. (Cf. Atas de reuniões da Escola.)

Embora, as iniciativas se realizem na esfera da sociedade civil, para a efetivação do "projeto" busca-se o respaldo do Estado - "seu apoio moral e financeiro", isto é, os participantes sentem a "necessidade de entendimentos com a LBA, Secretaria de Educação, Viação, Saúde e Agricultura,bem como do Prefeito, de forma a interessá-los na fundação da Escola, dando seu apoio moral e financeiro".[16]

Esses dados podem explicar que o "interesse" face à necessidade da Escola não era sentido pela comunidade em geral, e, não havia ainda conseno. Por esta razão as instituições promotoras "lutaram" para obter o apoio do governo. As pressões tornam-se, nos primeiros anos, uma constante. O próprio secretário da Educação, chamado em reunião, sugere que se faça um "Memorial com uma exposição de motivos a respeito do Serviço Social, seu papel no Brasil, sua necessidade em Goiás, a idoneidade da Associação Mantenedora da Escola e, finalmente a situação financeira da Escola, seguida de

---

[16]Ata da 1ª Reunião do Conselho... op. cit.

um pedido de ajuda".[17]

Esse instrumento, ao lado de artigos em jornais, palestras de professores em colégios e folhetos foram os meios utilizados para divulgar a Escola, procurando com isso conseguir o consenso no seio da sociedade civil.

Assim, reconhecida a 29/01/57 pelo decreto nº 40.854 é "aos 12 dias do mês de março de 1957"[18] inaugurada a Escola de Serviço Social de Goiás. Dois meses após recebe por doação do Bispo um terreno destinado à futura sede da Escola, "em compromisso assumido em nome da APTA, de colaborar financeiramente, com a referida Escola".[19]

A luta recrudece. Agora é dirigida em busca das condições concretas de funcionamento da Escola: construção de um prédio próprio, instalações adequadas e manutenção dela.

Os documentos (cartas dirigidas ao então presidente Juscelino Kubitschek, em 1958, reproduzidos em seguida' têm como objetivo ressaltar mais uma vez as articulações que perpassam a sociedade civil (instituições privadas) e a sociedade política (o Estado e seus representantes), fazendo projetar de forma mais caracterizada uma "imagem" de S. Social' ou ainda um "modelo" de assistente social.

A primeira, em nome das instituições classistas patronais, "responsáveis pela prestação de serviços e assistência aos trabalhadores no comércio, na indústria e nas atividades rurais (...) vêm pedir seus bons ofícios no sentido da concessão, por parte do I.A.P.C.[20] do financiamento pleitea-

---

[18] CABRAL, Antonieta E. Discurso na Aula Inaugural da U.C.G. Goiânia, 5/03/76.

[19] Ata da 3ª Reunião do Conselho Técnico-Administrativo da Escola de Serviço Social da U.C.G.1957.Arquivo do SER/U.C.G.

[20] Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários. Os empresários como os outros signatários da missiva seguinte estão pleiteando junto ao poder político um financiamento'

do junto àquele Instituto pela Escola de Serviço Social de Goiás".

Encaminhada em 4 de dezembro de 1958 assim se expressa:

> "Trata-se de um modelar estabelecimento de ensino superior, organizado e mantido pela Associação Brasileira de Educação Familiar e Social - ABEFS - Entidade de âmbito nacional, com sede no Rio de Janeiro - DF - em colaboração com o Serviço Social do Comércio (SESC) e o Serviço Social da Indústria (SESI) do Estado de Goiás".
>
> "Aludida associação, que foi regulamentada em 1952, tem por finalidade a criação e o desenvolvimento de instituições educacionais e assistenciais em todo o País, tanto no quadro urbano como no rural, tendo o seu campo de ação se estendido a vários Estados do Brasil, nos quais mantém Escolas de Serviço Social, Escolas de Educação Familiar e Social, Escolas Rurais, Escolas de Surdas-Mudas, Escolas Populares, Centros Sociais etc.
>
> As atividades daquela associação em Goiás datam de dois anos, desde quando instalou a Escola de Serviço Social de Goiás, estabelecimento que vem funcionando regularmente, com excelente aproveiramento. No segundo ano de funcionamento daquela Escola, já pudemos notar a sua ação benéfica, através da sensível melhora e aperfeiçoamento técnico da mão de obra empregada no SESC e no SESI, órgãos patronais que se servem da Escola para a preparação de seu pessoal especializado". (grifos nosso)

Essa afirmativa traz toda a conotação ideológica de uma visão, segundo a qual o Serviço Social está a serviço da classe dominante, podendo ser traduzida assim: "estimular o aperfeiçoamento técnico, visando uma racionalidade maior e o aumento da produtividade",[21] através de um agente especia-

---

para construção da Escola de S. Social de Goiás. O importante a ressaltar é que esse financiamento é dinheiro de um fundo também de empregados, no caso os comerciários.

[21] CARDOSO, op. cit. p. 341.

lizado, junto aos empregados, mediante uma "ação benéfica" que venha reproduzir os interesses dominantes.

> "Sem dúvida, aquêle estabelecimento de ensino desempenha papel importante em nosso meio, especialmente nesta fase da vida desta Região, onde os desajustamentos sociais avolumam pelo fluxo de imigrantes, vindos de todos os cantos do Brasil e do Exterior, atraídos pela construção de Brasília e pelo progresso extraordinário por que passa o Brasil Central. Deslocando-se de regiões remotas, aqui chegam desajustados, exigindo a ação eficiente e pronta do Serviço Social.
>
> As organizações destinadas à prestação de Serviço e assistência Social têm a sua tarefa dificultada pela falta de pessoal técnico em número suficiente, o que torna a ação da Escola cada vez mais útil e necessária, especialmente porque é ela o único estabelecimento do gênero existente em toda esta vasta região. Entretanto, para o desenvolvimento de seu programa de trabalho, tão necessário nesta conjuntura, é mister que disponha ela de sede própria e instalações adequadas.
>
> Daí a razão por que os órgãos abaixo, sentindo o problema e aspirando solução adequada, dirigem-se a Vossa Excelência, como responsável pela administração nacional e como principal propulsor do progresso desta região, para pleitear a sua atenção e atendimento ao pedido da Escola de Serviço Social de Goiás, mesmo em caráter excepcional, como medida de interesse geral e de elevado sentido social". (grifo nosso)

O Estado, com a política desenvolvimentista, tem papel fundamental na implantação da ideologia. No nível abstrato, infundindo a consciência do desenvolvimentismo e fé na viabilidade do projeto desenvolvimentista. Transforma em projeto nacional o projeto dos setores ascendentes, no processo de acumulação. E, no plano concreto sua função é de pioneirismo, criando as condições necessárias à expansão dos setores privados.[22]

---

[22] CARDOSO, op. cit. pp. 340 e 341.

Já na segunda carta dirigida ao Presidente, em nome da Escola, é referendada pela representante dessa, pelo Arcebispo de Goiânia, pelo Governador do Estado, Secretários do Interior e Justiça, da Saúde e Cultura, da Agricultura, prefeito de Goiânia, Presidente da Assembléia Legislativa, Diretores da Faculdade de Filosofia e Direito, Inspetor Regional do IBGE em Goiás, Delegados do IAPI e do IAPC. Assim se encaminha:

> "A Escola de Serviço Social de Goiás foi criada em 1957 e se encontra em regular' funcionamento, realizando tôdas as suas finalidades estatutárias, com as prerrogativas de instituto superior outorgados pelo Decreto 40.854 de 29 de janeiro do ano passado.
>
> Não resta dúvida que se trata de um estabelecimento de absoluta idoneidade, por isso que mantido pela Associação Brasileira de Educação Familiar e Social, sociedade civil, de âmbito nacional, que já estendeu por todo o País uma rêde considerável de escolas de surdas-mudas, escolas populares e centros sociais.
>
> Em cada um dos lugares onde se intala uma escola desse genero, invocam-se as bençoes da Autoridade Eclesiástica, sob cujos auspícios passa a viver a entidade, realizando um apostolado de alevantamento do nível moral e espiritual do povo, segundo os princípios dos documentos pontifícios.
>
> Em Goiânia, instalou-se a Escola de Serviço Social de Goiás, a primeira e a única na vasta extensão do Brasil Central, como uma colaboração espontânea da Associação Brasileira de Educação Familiar e Social ao esforço que a Presidência da República vem fazendo no sentido de interiorizar a Capital Federal.
>
> À inspiração de espírito apostólico que orienta invariavelmente qualquer iniciativa da Associação Brasileira de Educação Familiar e Social, juntou-se o dever cívico que incumbe a tôdas as fôrças formadoras do Brasil de contribuir, cada uma com os objetivos de sua especialização, para que o plano fecundo da mudança da capital seja quanto antes uma realidade atuante.

O que se propõe a Escola de Serviço Social de Goiás ajusta-se perfeitamente ao magnífico plano de Brasília, pois que formando assistentes sociais, já vem antecipando o trabalho de prevenir, com a habilitação de elemento humano capaz e especializado, uma séria preocupação dos poderes publicos no sentido de evitar que Brasília[23] se converta numa praça de desajustados, que não se entrosem com o sentido do trabalho e da civilização que ali se esta plantando.

É evidente que a obra que vem sendo realizada silenciosamente pela Escola de Serviço Social de Goiás faz-se à custa de heróico idealismo, muito pelo principal objetivo de servir a Deus e outro tanto pelo dever de servir a Patria, ao seu Governo e ao seu Povo.

A Escola de Serviço Social de Goiás vem sentindo a necessidade de expandir-se, em virtude das renovadas solicitações do meio, e já se angustia com o problema da construção de sua sede propria.

A arquidiocese de Goiânia, compreendendo os elevados objetivos da instituição, e estimando os imediatos resultados que do ponto de vista religioso-social daí advém, contribuiu decisivamente para a concretização dos planos da Escola, doando, no Bairro Universitário de Goiânia, uma área considerável, privilegiadamente co-

---

[23] Brasília provocou forte desequilíbrio na economia de Goiás, assinala o Plano de Desenvolvimento Econômico do Governo Mauro Borges, ocorrendo daí modificações nas relações centro-periferia. Rabêlo refuta tal observação ao sustentar que essas modificações já vinham ocorrendo historicamente, de longa data, determinadas pelo próprio processo capitalista, no país, de forma mais ou menos dinâmica, fazendo com que na implantação de Brasília já registrasse em Goiás um significativo crescimento econômico. Goiânia, no período de 50/60 registrou um crescimento econômico superior às medidas nacionais, pois enquanto o PIB cresceu a uma taxa de 10,5% ao ano, no país, tomado no todo, a média registrada foi de 6,0%. Rabêlo, op. cit. p. 47.

locada, para que nela se construa o prédio da Escola de Serviço Social de Goiânia".

"O que se pretende no momento é a execução do plano de edificação, partindo da garantia real que poderá firmar-se no imóvel da Escola e suas benfeitorias, com um financiamento através do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciarios - IAPC -, para amortizações mensais, dentro dos planos e normas regulamentares dessa Autarquia.

Seria ocioso qualquer esfôrço no sentido de demonstrar a pertinência da solicitação, eis que os objetivos do IAPC estão a tôda prova afinados com as finalidades da assistência social, sob todos os seus aspectos e outra coisa não faz a Escola de Serviço Social de Goiás, senão realizar esses objetivos preparando o elemento humano no sentido de que se propague, se efetive no espírito de todos a noção moral da existência do próximo e a compreensão de que a todos os mortais assistem deveres intransferíveis relativamente ao nosso semelhante.

Em vista do exposto, a Escola de Serviço Social de Goiás, mantida pela Associação Brasileira de Educação Familiar e Social, vem solicitar a V. Excia. queira autorizar um empréstimo no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários - IAPC - sob a garantia do imóvel já existente e suas benfeitorias, com hipoteca extensiva às edificações que ai se pretende fazer.

O empréstimo, data venia, seria de Cr$ 6.000.000,00(seis milhões de cruzeiros), em tudo ajustável às normas do Instituto que dispõe de uma Delegacia nesta Capital, com facilidade de vistorias, coleta de dados, preparo de processo e outras providências *que o caso possa exigir*.

Na expectativa de toda a boa vontade de V. Excia. e a certeza de que os melhores argumentos justificativos da pretensão, em mais [illegible] respeito exposta, [illegible] ao esclarecido espírito de V. Excia. como idealizador e construtor da nova Capital, como meio de provocar no País pacificamente, e com os argumentos do progresso, a maior revolução econômica, social, política e administrativa a que o Mundo

> vem assistindo entre estático e admirado, com o advento de Brasília, nessa pacífica e coerente expectativa aguarda-se o generoso despacho de V. Excia".[24] (grifos nosso)

Dos documentos transcritos, dois aspectos podem ser destacados:

1 - o "modelo humanitarista" de assistente social;

2 - a problemática da migração.

1 - No que se refere ao "modelo" de assistente social, ressalta-se pelas mensagens, como sendo seus objetivos:

- prevenir os desajustamentos,
- atuar junto aos desajustados.

Ao procurar suporte teórico à explicação dessa "imagem", Bourdieu, pela sociologia da cultura, possibilita os indicadores:

a - a partir de uma dada sociedade, no caso, a "sociedade capitalista, cujo desenvolvimento baseia-se numa divisão do trabalho altamente complexa e diferenciada a que corresponde a sociedade de classes, cujas posições respectivas e cujo peso relativo encontram seu fundamento nas formas pelas quais se reparte, de maneira desigual, o produto do trabalho, sob as modalidades de capital econômico e cultural";[25]

b - no seio dessa realidade social estão os fundamentos, que "derivam tanto de um processo histórico singular

---

[24] É o discurso que reflete o "espírito do desenvolvimento", como consolidação de uma hegemonia. "Seu significado é o progresso dentro da ordem, ou a manutenção da ordem através do progresso". CARDOSO, op. cit. p. 347.

[25] MICELI, Sérgio. Introdução: A Força do Sentido. In Bourdieu, Pierre. A Economia das Trocas Simbólicas. São Paulo. Ed. Perspectiva, 1974. p. XIV.

quanto de categorias aí produzidas que passam a informar e a justificar o princípio de diferenciação em que se apóia"[26] essa concepção teórica;

c - nessa sociedade, os profissionais, podendo aí incluir o assistente social, são vistos não como "meros suportes" de estruturas, mas estas tendem "a se reproduzir,produzindo os agentes dotados de sistema de disposições capazes de engendrar práticas adaptadas às estruturas e contribuindo, por essas, para reproduzir tais estruturas".[27]

Assim o assistente social é visto como um agente que vai atuar junto aos desajustados, gerados pelo sistema capitalista, atuando pois nos seus efeitos, sem contudo questionar os pressupostos básicos que sustentam a estrutura geradora dos "desajustados" ou dos "desajustamentos" sociais vigentes. As estruturas capitalistas se reproduzem pois ao se utilizarem da atuação desse grupo profissional, portador de idéias dominantes, nas relações que se estabelecem com a classe subalterna.

2 - Se o texto aborda aproblemática da migração' trata-a sobretudo nos seus efeitos. Porém pode-se, através dela, explicar a gênese e o desdobramento do processo de urbanização em Goiás, em linhas gerais.

A urbanização é um processo recente em Goiás e se efetivou com a mudança da capital. A fundação de Goiânia representou um esforço de integração ao complexo nacional. Isso ocorreu no momento em que o governo federal, respondendo' às pressões externas face aos grandes vazios demográficos das terras brasileiras, desencadeia sua política de interiorização - a Marcha para o Oeste. Essa "é de incalculável alcance, sob o ponto de vista da segurança e sobrevivência da naciona

---

[26]MICELI, Sérgio, op. cit. p. XIV

[27]Idem. p. XX.

lidade independente".[28]

A criação da Colônia Agrícola Nacional de Goiás - CANG - (1941) localizada no município de Céres também contribuiu nessa marcha para o Oeste, e dentre os objetivos que lhe são intrínsecos, vinha "dirigir as correntes migratórias, desagravando os problemas e as tensões sociais nos centros urbanos",[29] mas esse movimento insere-se numa perspectiva mais ampla que é o processo de expansão do capitalismo nacional , conferindo ao Estado o papel fundamental de criar uma infra-estrutura que viesse atender àquela expansão.[30]

Assim Goiás, no período compreendido entre 1940 a 50 registra, em números absolutos, uma população de 282.450 imigrantes. Face à população total a porcentagem é de 19,8% , o que indica a intensidade do fluxo. Já na década seguinte outras forças somam-se ao conjunto estudado: além da construção de Brasília, a construção da estrada Belém-Brasília vem reforçar as frentes pioneiras de produção agrícola, quando se registra o aumento da taxa de imigração, passando agora para 23,6%. Assim enquanto a população de Goiás cresce, nesse período, a uma taxa de 4,9%, o país tem sua população aumentada a uma taxa de 3,2% ao ano.[31]

Um outro aspecto contido no processo de urbanização é a expulsão do homem do campo, que a teoria da modernização explica como consequência do desenvolvimento, gerando desequílibrios, quer sociais ou econômicos - explicados como decorrentes de setores em atrasos face aos modernos, ou da persistência do tradicional em relação ao moderno. E, na visão dos assinantes daquelas cartas, transcritas anteriormente, dá-se conta dos desajustados - população marginal, isto é, numa linguagem modernizadora - os não integrados no siste

[28] A Hora do Oeste. In Dayrell. Op. cit. p.65.

[29] DAYRELL, Eliane G. Op. cit. p. 69

[30] RABÊLO, op. cit. p. 54.

[31] FIBGE. Sinopse Preliminar do Censo Demográfico. VIII Recenceamento, 1970. In Rabêlo, op. cit. p. 57.

ma. Mas numa postura crítica a esse fenomeno Obregon refuta assim:

> "A estrutura de dominação social inclui' entre seus setores de interesses sociais fundamentais, os setores marginais. (.. .) Em outros termos, os grupos sociais , que dispõem dos recursos do poder na sociedade, não podem ocupar essa posição a não ser sobre a base da existência de um setor de marginalidade social".[32]

Kowarick completa essa crítica, quando vê "a população marginal ou a participação não realizada" intrínseca ao sistema que a criou, não havendo portanto nada de disfuncional, pois o barateamento do fator trabalho "é altamente funcional, ou seja rentável e inerente ao processo de acumulação".[33]

E, a desruralização[34] em Goiás se procede na se-

---

[32]QUIJANO OBREGON, Anibal. Notas sobre el concepto de marginalidad social. CEPAL, Division de Assuntos Sociales, ' 1966 (mimeog.). In Kowarick, op. cit. p.54.

[33]Kowarick, op. cit. p. 56.

[34]Um trabalho que critica essa desruralização é desenvolvido pelo então deputado federal por Goiás, Galeno Paranhos,quando elabora um projeto instituindo o Serviço Social Rural no Brasil, que é aprovado pela lei 2.613 de 23/09/55, no governo Café Filho, como solução às precárias condições de vida do rurícola brasileiro. Ver: Paranhos, Galeno. Reforma Agrária e Planejamento. Ed. Alba Rio de Janeiro, 1961. Suas propostas estão pautadas segundo os valores dominantes urbanos, pois o S.Social Rural seria uma instituição congênere daquelas já existentes na cidade: o SESC e o SESI. Essa solução "inspirada" nos mesmos princípios que presidiram a criação dessas instituições patronais, tem como defensor ' um proprietário rural e representante do poder político com profundas ligações com a estrutura funcional do SESI de Goiás, isto é, parentes afins e de sangue estão a nível regional definindo a política de atendimento aos empregados' na indústria. Esses dados podem colaborar na explicação dos

guinte proporção: enquanto o Censo de 40 registra uma população urbana compreendida em 14,6%, a sociedade rural conta com uma população de 85,4%. Já em 1950 a população urbana havia' aumentado para 20,2%, em 1960 foi para 30,7% e em 1970 para 44%.[35]

Ao lado desse crescente processo de urbanização, as contradições são registradas: a) "baixo nível de renda em Goiás, decorre de ser uma economia primária de produtividade baixa e vulnerável às flutuações de clima e mercado".[36]
b) "apenas uns 20% da população deve deter 80% da renda gerada na economia, donde se infere que uns 80% da população vive em nível de subsistência".[37]
c) "Embora a dependência do trabalhador rural ao latifúndio tenha perdido muito da conotação política do começo do século, continua total no aspecto econômico, seja como meeiro, agregado ou diarista".[38]
d) Em 1970, em relação á cidade de Goiânia, 47% da população reside na periferia, em considerável escala como subempregados, e inúmeros desempregados, segundo os resultados preliminares do Censo de 70.[39]

---

motivos reais da criação dessas Instituições que, hipoteticamente, estariam ligadas aos interesses dominantes da divisão do poder e, não aos interesses pertinentes à vida do trabalhador urbano e/ou rural.

[35] PALACIN, Luiz e MORAES, Maria Augusta de Sant'Anna. História de Goiás (1722-1972) Imprensa UFGO. Goiânia/1975 p. 119.

[36] TEIXEIRA, Mauro Borges. Plano de Desenvolvimento Econômico de Goiás (1961-1965)

[37] SIQUEIRA, O. Lage de. Plano de Ação. Secretaria de Planejamento e Coordenação. Goiânia, 1968.

[38] PALACIM, Luis e MORAES, Maria Augusta de Sant'Anna. op.cit. p. 121.

[39] CASSIMIRO, Maria do Rosário. Desenvolvimento e Educação no *Interior do Brasil. Goiânia. Ed. Oriente*, 1974, p.225.

Esses dados vêm participar na explicitação de um contexto onde a atuação do assistente social se faz presente, atingindo sobretudo essa população imigrante, expulsa do meio rural, ainda "não integrada" na estrutura ocupacional ou já "integrada", como no caso dos "beneficiários" das instituições patronais.

Nesse filão dos "efeitos", das "disfuncionalidades" que decorrem da expansão do sitema capitalista, a atuação do assistente social é profundamente reprodutora dos interesses dominantes expansionistas.

Retomando a discussão em torno dos elementos que vêm compor a criação e implantação da Escola pode se acrescentar que o fim da década de 50 assinala: - a agregação da Escola de Serviço Social à Universidade de Goiás (Católica) em 17/10/59; - a mudança do local das reuniões do Conselho Técnico Administrativo da Escola (até então no Centro Social do SESC, de 1957 a 1960, num total de 18 reuniões) para um recinto da própria Escola; e, ainda a continuidade face aos problemas financeiros, como se constata pela ata da 11ª reunião do C.T.A. quando a diretora comunica que o orçamento de 1958 sofrera um déficit, pois a Assembléia Legislativa comprometera-se com Cr$ 95.000,00 e no Diário Oficial fora oficializado apenas Cr$ 10.000,00. Esse dado pode indicar que o Estado, esfera da sociedade política, não está suficientemente, preocupado com o "problema" da Escola, uma vez que sua solução é viável na própria esfera da sociedade civil. Isto pode ser constatado em outras atas na medida em que as dificuldades financeiras não foram sanadas, mas, daí para frente, passam a ser controladas por mecanismos do prório sistema da Universidade Católica.

Se o ensino de Serviço Social, no Brasil, oficializado na década de 50, tem "por contexto histórico - o desenvolvimentismo - estimulador de reflexões que procuram situar os obstáculos às funções socialmente criadoras da Escola"[40]-

---

[40] MARTINS, J. Souza. A valorização da Escola e do Trabalho no meio rural. In Debate e Crítica, nº 2. Janeiro-Junho/74. p. 113.

é nessa dimensão que se coloca também a Escola de Serviço Social de Goiás: sanar obstáculos. Se esses já foram apontados quando da instalação do SESC em Goiás, são, agora, ratificados pelo S. Social da Indústria (SESI), através da palavra de seu delegado regional, ao entregar o SESI à Federação das Indústrias do Estado de Goiás em 1953:

> "(...) embora o SESI tenha sido criado em 1946 sòmente em princípio de 1949 é que instalou uma de suas dependências em nosso Estado (...)
> Receioso de que a administração do SESI' em nosso Estado caisse em mãos de pessoas estranhas ao nosso mundo (...) tomei medidas urgentes (...), ao mesmo tempo em que os presidentes dos sindicatos patronais da Indústria telegrafavam ao (...) Diretor do SESI Nacional (...) indicando-me para ser o Delegado Regional (...). (...) em colaboração com o (...) então Delegado Regional do Trabalho (...) e meu sócio. Não foi difícil, assim ser eu nomeado para exercer o cargo de Delegado do SESI (...)[41]
> Enquanto trabalhadores de outros Estados já gozavam dos benefícios de tão benemérita instituição, os nossos empregados viviam carentes de qualquer assistencia social, obrigando-nos a sofrer com eles o desamparo e as mais soezes dificuldades' (...) (...) tive sempre a preocupação de administrar o SESI de acordo com o interesse da Industria, sem jamais pretender desvirtuar as suas finalidades (...) Se o empregado na industria sempre foi um protegido aqui no SESI, o empregador sempre foi tido como seu protetor. Alias, existe aqui impropriedade de termos, pois jamais fizemos a prestação de assistencia social como um favor concedido pelos empregadores, senão como uma conquista desse mesmo empregado pelo seu esforço e de

---

[41] Essa nota confere as articulações que se estabelecem entre sociedade civil e política, sobretudo na divisão de poder. Esse documento que ora esta sendo citado e analisado está' relacionado também com a nota nº 34, quando esses novos dados vêm indicar a divisão das benesses entre os grupos de poder e status, justificando a "urgência" na criação das instituições.

> dicação no trabalho, conquista essa defendida pelo industrial como obirgação social daqueles que dirigem e financiam a produção".[42] (grifo nosso)

A dominação e a simulação, contidas nesse discurso, estão assentadas na contradição, pois ao mesmo tempo que se procura celebrar a harmonia entre as classes aponta uma estrutura falaciosa, isto é, de um lado sustenta "os interesses da Indústria" e a figura do "protetor", do outro lado esta o "protegido" (pelo vínculo camuflado da dominação), cujos direitos não foram cedidos mas conquistados, a duras penas, poder-se-á acrescentar, segundo a própria trajetória da classe subalterna, apreendida enquanto um processo histórico.

Outro elemento que merece destaque refere-se ao setor de assistência social como o "mais importante do SESI (...) foi um setor difícil de ser trabalhado não só pela hostilidade do ambiente encontrado no início, como pela exigência de pessoal especializado inexistente no meio". E, para fazer frente às hostilidades encontradas "já dispomos na direção do setor de uma técnica habilitada, com o curso feito em Escola de Serviço Social".[43] (grifo nosso)

Esse fato vem, novamente, indicar o momento em que se exige a entrada "em cena" do assistente social, como elemento mediador ou melhor conciliador, tendo em vista aplainar os conflitos existentes no interior do sistema, especificamente, nas relações de produção.

Esses elementos podem ajudar na compreensão dos "esforços" despendidos pelas Instituições, aqui estudadas, na criação da Escola de Serviço Social de Goiás, quando também o jornal "Brasil Central" veio assim registrar:

---

[42] SOUZA, Gilson Alves de. Entrega do SESI à FIEG. In Goiás Industrial. 1953, pp. 35 a 49.

[43] Idem.

"a organização de uma Escola de Serviço Social, em Goiânia, Faculdade moldada na legislação do Ensino Superior, veio preencher uma lacuna, pois há muito, entidades e instituições diversas vinham se batendo para a criação de um estabelecimento que se destinasse à formação profissional dos Assistentes sociais".[44]

---

[44]SINÍCIO, Olga M. "O que é Serviço Social". In Brasil Central, Edição de 12/11/1961.

III - A ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL DE GOIÁS - UMA INSTITUIÇÃO SIMBÓLICA

1 - Colocações teóricas em torno do problema estudado.

O estudo que ora se faz tem como perspectiva teórica a visão de que a Escola não é um mero instrumento de comunicação e/ou conhecimento, mas um modelo que, revela as condições materiais e institucionais que presidem sua criação e seu processo como instrumento de produção simbólica. O conceito de Escola está ligado ao de cultura.

De acordo com a problemática kantiana e seus seguidores, como Cassirer, Sapir, incluindo Durkhein e Lévi-Straus - a cultura é considerada como instrumento de comunicação e conhecimento, criando um consenso tanto quanto o significado dos signos, como do significado do mundo. A cultura, nessa tendência é vista como "estrutura estruturada", quando enfatiza a análise interna dos bens e mensagens de natureza simbólica, deixando de lado as funções econômicas e políticas dos sistemas simbólicos.[1]

---

[1]MICELLI, Sérgio. Introdução: A Força do Sentido. In Bourdieu, Pierre. A Economia das Trocas Simbólicas. S. Paulo, Ed. Perspectiva, 1974. p. VIII.

Não é esse o enfoque do presente trabalho.

É na perspectiva histórico-dialética que essa monografia procura, de um lado, pelo referencial teórico de Bourdieu, apreender entre os sistemas simbólicos, a Escola, como um instrumento de poder, i.é.,de legitimação da ordem vigente, ou melhor "como instrumento de dominação e reprodução das relações capitalistas". Essa tendência apresenta a cultura ' como "estrutura estruturante", produzindo uma representação do mundo social, imediatamente ajustada à estrutura das relações sócio-econômicas que doravante passam a ser percebidas como naturais e destarte, passam a contribuir para a conservação simbólica das relações de força vigentes.[2] Nesse ângulo a Escola pode ser caracterizada como instrumento de reprodução cultural e social. E, sob outro ângulo teórico, através de Paulo Freire,a Escola é vista como "um círculo de cultura', onde a educação é apreendida como prática da liberdade. Essa concepção, que nada tem com o formalismo liberal;[3] é explícita por sua filiação existencial cristã": 'existir é um conceito dinämico. Implica na dialogação eterna do homem com o homem. Do homem com seu Criador. É essa dialogação do homem, com o seu contorno e até sobre os desvios e problemas,que o faz histórico (...)'. (...) A liberdade é concebida como o modo de ser do homem, mas por isto mesmo só pode ter sentido na história que os homens vivem. (...) Uma pedagogia que estrutura seu círculo de cultura, como lugar de uma prática livre e crítica não pode ser vista como uma idealização a mais da liberdade. (...) (Esta perspectiva é) ao mesmo tempo uma crítica à opressão real em que vivem os homens e uma expressão de sua luta por libertar-se".[4] O homem para Freire, ex-

---

[2]BOURDIEU, Pierre. The Thinkable and the unthinkable. In The Times Literary Supplemente. 15/out/1971, pp. 1255-6.

[3]WEFFORT, Francisco C. Educação e Política. (Reflexões sociológicas sobre uma pedagogia da Liberdade). In Freire,Paulo. Educação como prática da Liberdade. Rio de Janeiro , ed. Paz e Terra, 1967. pp. 3 a 26.

[4]Idem.

pressando-se por Gabriel Marcel é um ser 'situado e datado' que por sua capacidade criadora é eminentemente interferidor, isto é,

> "herdando a experiência adquirida, criando e recriando, integrando-se[5] às condições do seu contexto, respondendo a seus desafios, objetivando-se a si próprio, discernindo, transcendendo - lança-se o homem num domínio que lhe é exclusivo - o da História e o da Cultura.[6] (...) a partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai ele dinamizando o seu mundo. Vai dominando a realidade. Vai humanizando-a. Vai acrescentando a ela algo de que ele mesmo é o fazedor. (...)

---

[5]A expressão: "integração no seu contexto" é resultante do fato do homem estar não apenas nele, mas com ele, "não simples acomodação ou ajustamento (...) implica que tanto a visão de si mesmo, como a do mundo, não podem absolutizar-se fazendo-o sentir-se um ser desgarrado (...) levando-o a julgar o seu mundo algo sobre que apenas se acha. A sua integração o enraiza". (Cf. Freire, op. cit. p. 42).

[6]Pelo exposto, no texto do trabalho, observa-se que três sentidos da palavra cultura foram apresentados. Isto porque o conceito de cultura é polissêmico. Enquanto o primeiro grupo, que tem em Lévi-Straus seu mais recente representante, a considera como uma "estrutura estruturada", algo fechado em si mesmo, Bourdieu a conceitua como uma emergência do grupo e em resposta às suas necessidades. Ou mais precisamente Bourdieu enfatiza o "arbitrário cultural", compreendendo este conceito como uma seleção de significados que cada formação social faz de um estoque de infinitos possíveis, como fruto das condições reais de sua própria existência. É arbitrário no sentido de que esta seleção de significados não é deduzida de um princípio universal e nem relacionada à natureza interna das coisas ou à "natureza humana". (Cf. Bourdieu, P. e Passeron, J.C. A Reprodução, op. cit. pp. 23,24) Já em Paulo Freire a idéia de cultura e educação são quase que sinônimas. A educação significa aprender a "dizer sua palavra", enquanto a cultura compreende a capacidade do homem

Faz cultura". Transforma".[7]

Trabalhar a hipótese levantada, através desses autores, um na perspectiva da reprodução da cultura dominante, outro da transformação da realidade opressora, seria, até certo ponto, ver a realidade a ser estudada de forma estanque.

Mas para que estas duas perspectivas fossem apreendidas dialéticamente, um outro referencial teórico foi preciso buscar. Assim a partir do conceito gramsciano de sociedade civil - "lugar de circulação (livre) de ideologias"[8] foi possível pensar a Escola, instituição da sociedade civil, não só como reprodutora da cultura dominante, mas também espaço onde circulam outras ideologias, como aquela que diz respeito ao oprimido[9] ou seja, a Escola, como instituição simbóli-

---

em transformar o mundo, transformando-se. É diálogo, é reciprocidade. Há então, por esses conceitos, elementos indicativos de aberturas, de se poder analisar a Escola não só na perspectiva da reprodução da cultura dominante, mas na transformação do processo de dominação em processo de libertação.

[7]FREIRE, op. cit. pp. 41 a 43.

[8]GRAMSCI, Antônio. Il Mateiralismo Storico, Roma, Editori Riniti, 1973. In Freitag, Bárbara, op. cit. p. 34.

[9]FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro, ed. Paz e Terra, 3º ed., 1975.
Através desse autor a Pedagogia do Oprimido é formulada ou melhor "tem que ser forjada com ele e não para ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade. Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto de reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação. (...)(partindo da premissa de que) a realidade social, objetiva, que não existe por acaso, mas como produto da ação dos homens, também não se transforma por acaso. (...) (uma realidade opressora) implica na existência dos que oprimem e dos que são oprimidos. Estes a quem cabe realmente lutar para sua libertação, juntamente com os que com eles, em verdade, se solidarizam, precisam (desenvolver) a consciência crítica da

ca, numa dupla dimensão de "conservar e minar as estruturas' capitalistas".[10]

A ênfase que se dá a Gramsci, através desta mono - grafia, justifica-se pela abertura de se poder pensar a totalidade social não só como manifestação da ideologia dominante, isto porque sua formulação teórica possibilita também ver aquela totalidade minada por uma ideologia que diz respeito' ao dominado. Apesar de autores como Althusser[11] e Bourdieu[12]

---

opressão, na práxis desta busca. (...) A práxis, porém, é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela é impossível a superação da contradição opressor-oprimidos. Desta forma, esta superação exige a inserção crítica' dos oprimidos na realidade opressora, com que objetivada, simultaneamente, atuam sobre ela. (...) A pedagogia do oprimido (...) terá dois momentos distintos. O primeiro, em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se na práxis, com a sua transformação; o segundo, em que, transformada a realidade opressora esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo permanente de libertação. (...) (...) Educador e educandos (...) co-intencionados à realidade, se encontram ' numa tarefa em que ambos são sujeitos no ato, não só de desvelá-la e, assim, criticamente conhecê-la, mas também no de recriar este conhecimento". pp. 29 a 61.

[10]GRAMSCI, A. Il Materialismo Storico. op. cit.

[11]Um minucioso estudo-crítico sobre Althusser pertinente à ideologia é desenvolvido por Miriam L. Cardoso, no capítulo: A ideologia como problema teórico, na obra de sua autoria- Ideologia do Desenvolvimento, já citado neste trabalho.

[12]BOURDIEU, P. e Passeron, Jean Claude. A Reprodução - Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Trad. Reynaldo Bairão. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves E. S.A., 1975. Estes autores dividem esta obra em dois livros. O 1º refere-se aos "Fundamentos de uma teoria da violência simbólica, no 2º à "Manutenção da Ordem". Neste, no capítulo' "Capital Cultural e comunicação pedagógica" tratam da "Lógica do Sistema à lógica de suas transformações", quando '

tratarem exaustivamente sobre a instituição-escola, esta é vista por estes autores, especificamente, como uma objetivação da ideologia dominante, isto é, como aparelho ideológico na função de conservar a estrutura social ou como reprodução da cultura dominante - onde a transformação social, na perspectiva do dominado - está ausente ou melhor não é formulada.

O conceito de sociedade civil em Gramsci está configurado em outro - o de Bloco Histórico, que compreende o estudo de uma situação histórico global, distinguindo aí as relações entre estrutura e superestrutura. O vínculo que se es

---

procuram explicar os efeitos das transformações do público receptor face à comunicação pedagógica e definir as características sociais desse público, correspondente aos dois estados limites do sistema tradicional: o estado orgânico, cujo público está conforme às exigências do sistema e o crítico, correspondente a uma etapa intermediária, contida no sistema. pp. 100 a 118. Já no capítulo "A dependência pela independência" tratam da "função ideológica do sistema de ensino" quando analisam o sistema de ensino baseado em filosofias sociais(economicismo evolucionista e um relativismo culturalista),buscando perceber as falhas e a explicação delas, tendo em vista chegar à "verdade da relação entre a autonomia relativa do sistema de ensino e sua dependência relativa à estrutura das relações de classe". Dentre as conclusões destaca-se esta: "numa sociedade em que a obtenção dos privilégios sociais depende cada vez mais estreitamente da posse de títulos escolares, a Escola tem apenas por função assegurar a sucessão discreta a direitos da burguesia que não poderiam mais se transmitir de uma maneira direta e declarada. Instrumento privilegiado da sociodicéia burguesa que confere aos privilegiados o privilégio supremo de não aparecer como privilegiados, ela consegue tanto mais facilmente convencer os deserdados que eles devem seu destino escolar e social a sua ausência de dons ou de méritos, quando em matéria de cultura a absoluta privação de posse exclui a consciência da privação da posse". p. 218.

tabelece entre esses elementos é desenvolvido por certos grupos sociais, que buscam a unidade do bloco - os intelectuais ou os "funcionários da superestrutura".[13]

É no nível da superestrutura que Gramsci distingue duas esferas: 1 - a sociedade política, vista como o Estado, através de seus aparelhos, cuja função é o exercício da coerção, da manutenção, pela força, da ordem estabelecida; 2 - a sociedade civil - compreendendo o conjunto de organismos ' (instituições privadas ou ainda "direção cultural e moral" de um sistema social), respondendo pela função hegemônica que o grupo dominante exerce sobre toda a sociedade.[14]

Se a sociedade civil, na sua característica de instância ideológica, pode ser vista como "organização material destinada (...) a difundir a ideologia da classe dirigente",[15] também é no seio dela que Gramsci admite a circulação (livre) de ideologias. Essa circulação só não será viável, numa situação ditatorial ou seja, quando a sociedade política (o Estado) invade o espaço da sociedade civil, realizando a transformação dos "aparelhos ideológicos" em "aparelhos repressivos' do Estado".[16]

É no âmbito da sociedade civil que a classe hegemônica procura, pela persuação e pelo consenso, impor à classe subalterna sua concepção de mundo que, uma vez internali

---

[13] PORTELLI, Hugues. Gramsci e o Bloco Histórico. Trad. Angelina Peralva. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1977 pp. 19 a 31.

[14] Idem., pp. 19 a 31

[15] Idem, ibidem. p. 23. Gramsci define a ideologia "como uma' concepção de mundo que se manifesta, implicitamente, (...)' em todas as manifestações da vida individual e coletiva ' (...)".

[16] ALTHUSSER, Louis. Idéologie et Appareils Idéologiques d' Etat. Paris, Pensée, 1970.

zada por essa, passa a colaborar e a vivenciar a dominação como se fosse senso comum e liberdade. É, na realização de sua função hegemônica que a classe dominante busca apoio, segundo Gramsci, nas instiuições privadas, dentre elas, a Escola.[17]

É, pelo controle das instituições privadas, que Gramsci, "o teórico das superestruturas", vê delinear uma estratégia política na perspectiva de um projeto de libertação das classes dominadas. A classe dominante ao exercer seu domínio hegemônico procura conceder, mesmo que ilusoriamente , um momento de liberdade à classe oprimida, dando a entender a essa que ela opta livremente por sua concepção de mundo. E, nesse exercício dialético de concessão e domínio dá-se a contradição. Esta quando, estratégicamente, trabalhada pela classe dominada, através de seus intelectuais, pode divulgar no seio da sociedade civil, na criação de umas instituições ou na refuncionalização de outras - uma nova concepção de mundo, levando a corroer assim o senso-comum ou a própria estrutura dominante em questão.[18]

Essas colocações teóricas vêm colaborar na compreensão da Escola de Serviço Social de Goiás, uma instituição privada da sociedade civil, aqui, estudada sob duas tendências: de um lado,como elemento que reproduz a ideologia dominante, quando responde aos interesses dominantes, ditados através de leis, decretos e planejamentos "oficiais" e das idéias dominantes na Escola; e, do outro lado,na visão de "educação como prática da liberdade" ou "pedagogia do oprimido" - dimensão delineada naqueles momentos em que a Instituição tenha vivido o "espaço" de liberdade viável à reflexão dessa concepção de mundo, mediante a ação de professores, alunos e de algumas instituições da sociedade civil, preocupadas com essa pedagogia, e que funcionam como campo de estágio, isto é, campo de aprendizagem onde se desenrolam as atividades práticas dos alunos da Escola.

---

[17]FREITAG, Bárbara, op. cit. p. 32.

[18]Idem, p. 33.

Conhecer a Escola, sob as duas propostas, significa preocupar-se em apreendê-la como elemento do processo histórico brasileiro. Não perdendo de vista que nos capítulos anteriores procurou-se apontar as relações entre o Sistema Capitalista e o Serviço Social. Isto porque o desenvolvimento da sociedade capitalista se processa pela produção econômica e ideológica, cujo papel primordial cabe ao Estado: - fazer crescer e fortalecer a economia. Daí a estrutura ideológica capitalista ter como suporte o campo ideológico político - "a partir dos aparelhos do Estado, e nesse campo a dominância cabe a ideologia econômica, com a formulação de políticas destinadas a permitir e a garantir a expansão econômica, com a qual a forma do Estado é condizente".[19]

Assim qualquer campo ideológico, quer seja educacional, religioso, científico, artístico, etc. constroe-se sob o domínio do campo ideológico econômico. Isto porque esses fazem parte de uma estrutura, onde a política é campo ideológico dominante e a ideologia econômica exerce o "papel-chave" dentro da política. O poder político ou o controle do aparelho estatal, no capitalismo, tem como fim principal - a expansão econômica. E, em se tratando de uma sociedade de classes aquele poder e essa expansão constituem formas integrantes do sistema vigente que mantem a divisão de classes. O Estado é pois um dos elementos fundamentais do sistema capitalista e a ideologia que o orienta é expressão das relações sociais desse sistema, sobretudo da relação de domínio das forças dominantes. "Uma ideologia dominante não se define em função da classe dominante, mas da relação entre as classes. A ideologia dominante é uma expressão da relação das classes (...). Se a ideologia é permeada pela relação entre as classes, realidade fundamental nas sociedades de classes, e, consequentemente, os campos ideológicos também são permeados pela divisão em classes, então ao lado das ideologias dominantes, também há ideologias dominadas".[20]

---

[19] CARDOSO, Miriam Limoeiro, op. cit. pp. 73 a 75.

[20] Idem, p. 75.